

GAEDEST/MPRJ
GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA DO DESPORTO E DEFESA DO TORCEDOR

Inquérito Policial nº 042-00897/2019 – 42ª Delegacia Policial
Proc. MPRJ nº2019.00228539

**PROMOÇÃO DE ADEQUAÇÃO DE CAPITULAÇÃO E RECUSA DE PROPOSTA DE
ACORDO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL**

Cuida-se de inquérito policial instaurado para apurar as circunstâncias e responsabilidades penais de incêndio de grandes proporções ocorrido por volta das 05:30h do dia 08/02/2019, no interior do Centro de Treinamento George Helal, do Clube de Regatas do Flamengo, conhecido como “Ninho do Urubu”, situado na Estrada dos Bandeirantes, 25997, Vargem Grande, Rio de Janeiro - RJ, que resultou direta e conseqüentemente na morte de dez adolescentes e ferimentos em outros três (conforme laudos periciais juntados aos autos), todos atletas da categoria de base do futebol da referida agremiação esportiva, enquanto dormiam no local em contêiner utilizado por adaptação como dormitório.

Em seu fundamentado Relatório acostado aos autos, a d. Autoridade policial entendeu pelo indiciamento, em síntese, de membros e ex-membros da Diretoria do Clube de Regatas do Flamengo, de empregados do clube, de prestadores de serviços contratados para adaptação de contêiner ao uso como dormitório e também para manutenção da rede de eletricidade, amoldando as condutas descortinadas ao tipo descrito no art. 121, §2º, III, do Código Penal.

Apesar de a capitulação fornecida pela d. Autoridade policial encontrar, sob o ponto de vista estritamente técnico, respaldo no Direito Penal, entende o Ministério Público que as normas penais incriminadoras devem ser sopesadas à luz dos elementos de prova existentes nos autos da investigação para que, no momento da formalização da imputação através do oferecimento de Denúncia, a capitulação retrate a conduta objetiva e subjetivamente típica de cada denunciado na medida de sua participação no delito, de acordo com o disposto no art. 13 do Código Penal e sem prejuízo da norma inculpada no art. 383 do Código de Processo Penal.

GAEDEST/MPRJ
GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA DO DESPORTO E DEFESA DO TORCEDOR

Neste vetor, em breve exposição e sem antecipação de mérito acerca do balizamento da Denúncia que será oportunamente ofertada, impõe-se salientar que, diante das provas coligidas, não há como afirmar, por ora, a ocorrência do chamado dolo eventual no resultado morte – vale dizer, não é viável deduzir ou intuir que os indiciados tivessem potencial certeza da possibilidade de um incontrolável incêndio no alojamento do Centro de Treinamento do Clube de Regatas do Flamengo, capaz de ceifar a vida de atletas do futebol de base, nem que tenham voluntariamente assumido o risco de ocorrência do funesto resultado.

Por outro lado, não restam dúvidas, diante das provas produzidas em sede policial, que houve uma série de condutas imprudentes e negligentes, por ação e omissão, em tese praticadas pelos indiciados, que concorreram eficazmente para a ocorrência do incêndio verificado, o qual causou a morte de 10 (dez) adolescentes e ferimentos em outros 03 (três). Tais condutas serão oportunamente descritas por ocasião do oferecimento da Denúncia para que seja garantido o pleno exercício do direito de defesa dos denunciados, repisando-se que a presente manifestação configura uma mera e necessária antecipação da capitulação jurídica que será dada ao fato delituoso, tendo em vista o disposto na nova Lei nº 13.964/2019, mais conhecida como “Pacote Anticrime”.

Assim, para todos os efeitos legais, neste momento, o **Ministério Público define a correta capitulação jurídica do fato, amoldando-o ao tipo descrito no art. 250, §2º, c/c art. 258 - ref. art.121, §3º, por 10 vezes, e art.129, §6º, por 3 vezes, n/f art. 70, todos do Código Penal.**

A capitulação que ora se dá ao fato tem relevância e consequências jurídicas imediatas tendo em vista o advento da Lei nº 13.964/2019, que cria novo instituto de natureza processual e penal, pelo que é aplicável a casos anteriores a sua edição – qual seja, o acordo de não-persecução penal (art. 28-A do Código de Processo Penal, com a redação dada pelo aludido Diploma legal).

De acordo com a disciplina estabelecida para a nova figura jurídica, o Ministério Público e o investigado em procedimentos de natureza criminal podem celebrar acordo de não-persecução penal para que sequer se inicie a ação penal, cumpridos requisitos objetivos e subjetivos previstos na lei para tanto.

GAEDEST/MPRJ
GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA DO DESPORTO E DEFESA DO TORCEDOR

De antemão, nota-se que um dos requisitos de natureza objetiva está presente na hipótese em tela: a pena mínima cominada para o delito é inferior a 04 (quatro) anos de detenção (sendo a máxima de 6 anos de detenção). No entanto, noutra giro, também de plano observa-se a ausência de outro requisito objetivo para a celebração do acordo de não-persecução penal no caso em tela: a confissão. Nenhum dos indiciados confessou alguma conduta de relevância penal para o deslinde da questão, limitando-se a negar a prática de qualquer conduta concorrente para a ocorrência do incêndio que ceifou 10 (dez) vidas adolescentes, mesmo após a entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019.

Nem se cogite afirmar que não houve confissão em razão da capitulação dada originariamente pela d. Autoridade policial, uma vez que os investigados exercem sua defesa em relação aos fatos, e não em relação à capitulação. Quisessem, poderiam ter confessado a qualquer momento a prática de alguma conduta concorrente para o evento e seu respectivo resultado a título mesmo de culpa. No entanto, quedaram-se silentes ainda que sabedores que a confissão poderia lhes beneficiar, tanto como circunstância atenuante prevista no Código Penal, quanto em função da nova legislação, sendo certo que as Defesas técnicas dos indiciados acompanham de perto a marcha do presente inquérito, conforme informação da Secretaria desse Grupo Especializado (em anexo).

Ademais, como critério subjetivo para a celebração do acordo de não-persecução penal, é necessário, na dicção legal, que a aplicação do novo instituto penal seja suficiente para reprimir o crime praticado. Indubitavelmente, não é esta a hipótese em apreciação.

O crime perpetrado ocasionou consequências as mais graves possíveis, resultando na morte de 10 (dez) adolescentes, que tiveram suas vidas e seus sonhos interrompidos em decorrência de condutas negligentes e imprudentes de pessoas que tinham o dever jurídico, e até moral, de velar por suas seguranças.

O caso tornou-se emblemático e tomou proporções gigantescas no meio esportivo mundial, expondo a forma negligente com que um dos maiores clubes de futebol do país tratava seus atletas de base. O medo de famílias confiarem a segurança de seus filhos a um clube de futebol

GAEDEST/MPRJ
GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA DO DESPORTO E DEFESA DO TORCEDOR

tornou-se evidente. A marca “Futebol Brasileiro” sofreu abalo incalculável com reflexos para todas as agremiações esportivas.

Por fim, apenas a título de contextualização, apesar de 10 (dez) adolescentes terem perdido a vida de forma brutal e mediante culpa grave e consciente de pessoas responsáveis pela segurança dos jovens atletas, o Clube de Regatas do Flamengo vem permanentemente procurando mitigar pagamentos de indenizações às famílias das vítimas, aumentando o desespero das mesmas, numa nítida tentativa de não sofrer qualquer prejuízo econômico decorrente do grave fato a que o próprio clube deu causa.

Neste viés, resta claro não ser cabível a propositura de acordo de não-persecução penal aos indiciados, por não ser à toda evidência medida suficiente para reprimir o delito praticado, o qual merece ser submetido ao crivo do Poder Judiciário para, através do devido processo legal e garantida a ampla defesa, haja o julgamento final do mérito da causa, a fim de que sejam atribuídas as devidas responsabilidades, a bem inclusive da pacificação social.

Nega-se, portanto, proposta de acordo de não-persecução penal.

Ante o exposto, determino à Secretaria do GAEDEST/MPRJ:

- a) Sejam feitas as anotações cabíveis acerca da correta capitulação do delito – art. 250, §2º, c/c art. 258 – ref. art.121, §3º, por 10 vezes, e art.129, §6º, por 3 vezes, n/f art. 70, todos do Código Penal;**
- b) Cientifique-se de imediato as nobres Defesas dos indiciados, preferencialmente por e-mail ou outra via eletrônica, sobre o teor da presente promoção, tanto em relação à alteração da capitulação quanto ao não oferecimento de acordo de não-persecução penal;**
- c) Tendo em vista o teor da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 20/2020, que disciplina o acordo de não-persecução penal no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro com balizamento na Lei nº 13.964/2019, certifique-se a notificação das nobres Defesas e aguarde-se nesta**

GAEDEST/MPRJ
GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIALIZADA DO DESPORTO E DEFESA DO TORCEDOR

Secretaria eventuais manifestações pelo prazo de 05 (cinco) dias úteis;

- d) Findo o prazo estabelecido acima, com ou sem manifestação das nobres Defesas, retornem-me os autos com vista para deliberação.**

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2020.

LUIZ ANTONIO CORREA AYRES
Promotor de Justiça
Membro do GAEDEST